

A EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL

Rosana Cristina Biral LEME

Professora do curso de Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR
rosanabiral@hotmail.com

Mafalda Nesi FRANCISCHETT

Professora do curso de Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR
mafalda@wln.com.br

Raquel Biz BIRAL

Mestre pelo Programa de Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR
raquelbiz@yahoo.com.br

RESUMO:

A crise ambiental vivenciada pelas sociedades no século XXI pauta a necessidade de questionamento do modelo de produção e consumo dos recursos naturais, mas, sobretudo, a urgência de relações socioeconômicas e ambientais que favoreçam a construção de uma sociedade na qual prevaleça a tolerância, a equidade, a pluralidade cultural e a democracia e o respeito a todas as formas de vida. Embora a Educação Ambiental Formal seja, na teoria, importante instrumento de questionamento deste modelo, na prática não cumpre efetivamente seu papel. Por isso o presente artigo relata pesquisa realizada junto as escolas do ensino fundamental e médio do Núcleo Regional de Francisco Beltrão – PR, na qual buscou-se investigar como o processo de Educação Ambiental é efetivado e se a discussão realizada neste âmbito cumpre seu objetivo de auxiliar na construção de uma nova racionalidade ambiental para as gerações mais jovens. Verificou-se que existe maior incidência de atividades realizadas com temas pontuais e desconectados da construção de valores ambiental e socialmente adequados a implementação de projetos de autogestão nos quais a população possa, estimulada pelo poder público e de acordo com suas próprias referências, construir condições de existência pautadas nos princípios de qualidade de vida, que não estão necessariamente atrelados a expansão dos padrões de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Racionalidade ambiental; Educação Ambiental formal; Educação.

ABSTRACT:

The environmental crisis experienced by societies in the XXI century agenda the necessity of questioning the model of production and consumption of natural resources, but above all, the urgency of environmental and socioeconomic relations that favor the construction of a society where tolerance prevails, equity, cultural plurality and democracy and respect all forms of life. Although Formal Environmental Education is, in theory, an important instrument of questioning this model, in practice it effectively fulfills its role. Therefore this paper reports research conducted in the elementary schools and middle of the Regional Center of Francisco Beltrão - PR, in which we sought to investigate how the process of Environmental Education is effected and the discussion held in this area fulfills its goal of assist in the construction of a new environmental rationality to the younger generations. It was found that there is a higher incidence of activities with specific issues and building values disconnected from environmentally and socially appropriate project implementation of self-management in which people can, stimulated by the public and in accordance with their own references, building conditions the existence ruled on the principles of quality of life, which are not necessarily linked to the expansion of consumption patterns.

KEYWORDS: Environmental rationality; formal Environmental Education, Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca contextualizar a importância construção da racionalidade ambiental para a organização da leitura que a sociedade faz da natureza e seus desdobramentos na sistematização da Educação Ambiental promovida na esfera formal pelo governo brasileiro. Reflete sobre a condição prioritária da compreensão de elementos que fundamentaram a forma de pensar a relação sociedade-natureza e estabeleceram valores éticos por meio da construção do conhecimento científico.

Tal conhecimento é ponto inicial de toda discussão crítica que tenta apreender o movimento da realidade como fruto do processo histórico cumulativo, perpassado por marcas da contradição da sociedade que o engendra, modelando-o e mantendo-o, por muitas vezes, limitado aos padrões necessários de reprodução desta sociedade. Isso torna a maioria dos trabalhos de educação ambiental pouco efetivo na concretização de objetivos significativos e duradouros, uma vez que restringem-se a visões limitadas de meio ambiente (nos quais destacam-se apenas os elementos naturais), instrumentalizadoras e construtoras de hábitos que não buscam reflexão crítica sobre as causas que originam os problemas ambientais.

Partindo destes pressupostos buscou-se investigar como o processo de educação ambiental é efetivado por meio da análise realizada nas escolas do ensino fundamental e médio do Núcleo Regional de Francisco Beltrão – PR, e as reflexões advindas da primeira fase desta pesquisa constituem-se, portanto, no objetivo principal deste artigo.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DO TEMA

Apesar de não se constituir enquanto uma discussão de origem recente, em meio a crise ambiental que se descortina no século XXI, a Educação ambiental¹ é apontada por muitos setores institucionais de gestão e fiscalização dos recursos naturais enquanto uma das mais promissoras alternativas à mudança de comportamento da população a médio e longo prazos.

Entretanto, o que se percebe é que a Educação Ambiental, embora discutida e proposta enquanto prática pedagógica em vários contextos, não tem sido objeto de discussão aprofundada e qualificada, sobretudo no âmbito escolar, onde possui formato de política pública e é responsável do ponto de vista formal pela realização desta prática.

A educação ambiental formal é importante instrumento para a evolução dos trabalhos referentes a construção de uma cidadania ambiental e é conceituada por Leonardi (1994, p. 397) como “aquela que é exercida como atividade escolar, seja de pré, primeiro, segundo ou terceiro graus (...). Ela possui conteúdos, metodologia, meios de avaliação claramente definidos e planejados”.

O modo formal da educação ambiental possui grande permeabilidade em todas as discussões educacionais desde a inserção da Educação ambiental como um dos cinco temas transversais que compõem os Parâmetros Curriculares para Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental em 1998. Concomitante a esta inserção ocorreu a criação a Política Nacional de Educação Ambiental por meio da Lei Federal 9.795/99, complementada posteriormente pelo Decreto Federal 4.281/2002, por meio dos quais a educação ambiental formal no Brasil passou a possuir grande respaldo legal e institucional.

Todavia, a construção destes espaços de diálogo e trabalho formal do tema abordado pela educação ambiental não foram acompanhados de efetivo espaço de formação para os agentes sociais que ficaram responsáveis pelo trabalho educativo, ou seja: não se preocupou com a formação do formador.

O resultado desta falha na dinâmica formadora de uma nova relação da sociedade com a natureza, favoreceu o processo de banalização das discussões direcionadas aos educandos, promovendo ora a simplificação da discussão, ora a sua setorização de acordo com os apelos do próprio mercado ecocapitalista, continuamente assessorado pelos meios de marketing e comunicação midiático.

Deste modo manteve-se a discussão ambiental em sala de aula, por vezes reclusa na esfera das conseqüências da crise ecológica e não nas suas efetivas causas. A crise ecológica não é a anunciação do limite apresentado pela lei da entropia - desta forma, uma questão de transformação natural -, mas a apresentação soberana dos limites apresentados pela concepção metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo. Considerando tal prerrogativa, importante produção científica tem sido composta por vários autores que face as derivações da complexa relação sociedade-natureza e do agravamento da chamada Questão Ambiental². Nesse sentido, uma parcela representativa da Sociedade - Civil e Acadêmica – tem mobilizado esforços no sentido de construir ações (concretas e teórico-metodológicas) que auxiliem no estabelecimento de uma relação mais sustentada entre a sociedade e a natureza³.

A interdisciplinariedade coloca-se como uma metodologia que auxilia no avanço do conhecimento e na resolução dos problemas práticos, todavia, Leff (2002), reitera a existência de uma limitação na conquista da organização de um método onicompreensivo, bem como de uma teoria transdisciplinar que seja capaz de articular os contextos físico, biológico e social.

O desafio é realizar um diálogo e avançar rumo a ações, mesmo em meio a valores, opiniões e projetos de vida diferenciados. É por esta provocação à capacidade de interlocução humana, que a questão ambiental é patenteada por Leff (2002), como Complexidade Ambiental, que representa o conhecimento sobre as diversas formas de apropriação da natureza e de inserção no mundo, constituindo-se em última análise como sinônimo de um arcabouço de relações complexas.

Como uma reação ao processo de deterioração ambiental, surgem vários movimentos sociais ambientalistas, que reivindicam a obtenção de respostas em relação a uma diversidade de questões, tão amplas, o quanto a chamada “questão ambiental”. Pessoas que se colocam como agentes de questionamento, de divulgação e de proposição de novas formas de organização social, posicionam-se enquanto sujeitos históricos.

Este movimento começa a surgir, segundo Viola (1998), como defesa ao meio ambiente, a partir da segunda metade do século XX. Coloca-se como um movimento de resistência a degradação ambiental, apresentando-se de modo cada vez mais reativos em relação a necessidade de mudança da matriz de exploração do sistema produtivo contemporâneo. Construindo estratégias de intervenção diferenciadas, estes sujeitos constituem por meio de movimentos sociais, uma importante expressão da capacidade de organização da Sociedade Civil que visa reagir a um sistema que nas várias esferas da vida, dentre elas, a ambiental, hegemonizam um processo opressor.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Verifica-se que as discussões relacionadas ao meio ambiente e a sua correlata “crise ambiental”, não se colocam apenas enquanto questionamentos ao modo de produzir e consumir os recursos naturais, mas, sobretudo, sobre a necessidade de uma nova forma de pensar esta

relação, favorecendo a construção de uma sociedade na qual prevaleça a tolerância, a equidade, a pluralidade cultural e a democracia e o respeito a todas as formas de vida.

No avanço em relação a compreensão do paradigma dialógico⁴ do meio ambiente permanece uma clássica discussão geográfica, uma vez que trata de essencialmente da intrincada relação existente entre sociedade e natureza, que integram-se e desintegram-se dinamicamente nas diferentes escalas do viver.

Todavia, o que se problematiza é que a Educação ambiental tem sido mal empregada na construção de uma racionalidade ambiental que leve a processos menos degradadores da natureza. Tal afirmação é realizada a partir da análise realizada nas escolas do ensino fundamental e médio do Núcleo Regional de Francisco Beltrão – PR, bem como nos trabalhos de pesquisa realizados sobre este tema tanto no nível da graduação, quanto no de pós-graduação.

Apesar de haver contínuo processo de inserção de atividades de cunho ambiental, tais atividades tem demonstrado preocupações extremamente setorizadas e sem a perspectiva de interconexão com as demais perspectivas de transformação da realidade nos quais os alunos estão inseridos e que, por meio da formação ambiental realmente contextualizada, continuada e crítica, estes educandos poderiam alterar.

Um exemplo é o número de pesquisas que demonstram a construção do argumento principal que justifica a importância da educação ambiental e, conseqüentemente, a intervenção pedagógica vinculadas especificamente a questão do lixo.

Este tocante preferencial relacionado ao acúmulo do lixo, não seriam registrados com estranhamento, se o utilizasse como ponto de partida para reflexões que auxiliassem a pensar na sociedade que produz tal acúmulo, ou em formas de análise dos valores dados aos recursos naturais que são fonte de matéria prima de todo o resíduo produzido. Porém, o que se verifica é que a questão do lixo vem como uma temática, muitas vezes vinculada a campanhas das prefeituras municipais, para estimular o processo de reciclagem e a ele se limitando totalmente. Outras dimensões perfeitamente cabíveis a discussão da geração e disposição dos resíduos sólidos urbanos são anulados.

Por meio da análise do Plano Político Pedagógico; de entrevistas com professores de geografia e observação dos alunos durante a realização de “atividades de educação ambiental”⁵; verificou-se que a Educação Ambiental é, na maioria das escolas dos vinte municípios jurisdicionados ao NRE de Francisco Beltrão⁶, tomada como atividade complementar,

descontínua, de caráter eventual e reprodutora predominantemente de uma visão ingênua sobre a crise ambiental.

Muitos professores inseridos em projetos de caráter interdisciplinar concebem-na enquanto uma obrigação adicional imputada pela escola, sobrecarregando-o e dificultando o seu trabalho no “repasso” de conteúdos escolares, que seria, a partir deste prisma, a sua principal obrigação.

Outros professores que fazem parte do universo que está sendo analisado, demonstram genuíno desejo de realizar os trabalhos de educação ambiental durante o seu processo educativo e, embora, uma parte significativa destes professores, também possuam uma visão bastante limitada da chamada crise ambiental e do modo como a educação ambiental pode contribuir na formação de atores sociais críticos, estes propõem-se continuamente a desenvolver o seu trabalho com persistência. É por este conjunto de profissionais, que se considera válida a realização deste levantamento e o encaminhamento de propostas mais efetivas que proporcionem a formação e as condições materiais necessárias para que a educação ambiental seja realizada de modo contínuo e desfragmentado auxiliando na construção de novas relações entre a sociedade e a natureza.

Considerou-se que o não cumprimento do real desafio da educação ambiental enquanto implementação de prática interdisciplinar que auxilie na afirmação de valores e ações sociais e ecologicamente equilibradas e, sobretudo, que permita e estimule a realização de uma análise crítica a respeito do meio ambiente e da necessidade de que cada cidadão possui de protagonizar sua vida, não é efetivada, dentre outras razões, pela deficiência que os próprios professores de geografia tem em relação ao domínio e esclarecimento deste tema. Verificamos que dentre a maioria dos professores entrevistados, se mantêm uma visão simplista e individualista dos motivos que causam os problemas ambientais, gerando uma interpretação ingênua da função e os objetivos da educação ambiental.

Apesar da grande importância dos movimentos sociais (evidencia-se o ambientalista) neste processo, estes são pouco presentes nas discussões de educação ambiental. O papel dos movimentos sociais ambientalistas na luta em prol a preservação dos recursos naturais, poderia efetivar-se principalmente pela proposta de transformação da atuação da administração pública via insistência na inserção de conhecimentos científicos que instrumentalizem a re-organização dos modos de produção e a implementação de projetos de autogestão nos quais a população

possa, estimulada pelo poder público e de acordo com suas próprias referências, construir condições de existência pautadas nos princípios de qualidade de vida, que não estão necessariamente atrelados a expansão dos padrões de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ambientais tem se constituído atualmente como premente dilema social das gerações presentes em relação ao que se constituirá no futuro. Inúmeros acordos são realizados após estudos técnicos, filosóficos e éticos sobre os aspectos que conduzem a sociedade a embrenhar-se num grau tão profundo de complexidade que parece ela mesma incapaz de reajustar.

Ao darmos continuidade as pesquisas que orientam a construção deste artigo, verificamos que, em detrimento das inúmeras limitações existentes na estrutura educacional estadual, das quais compartilha também o Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, são os professores aqueles que mais contribuem para a formação de uma nova relação sociedade-natureza. É ao educador, a quem é apresentado em muitas ocasiões o desafio sobre-humano de construir uma nova mentalidade ambiental numa sociedade em que o imediatismo e o descartável são valores sociais contínuos.

A pesquisa propiciou o encontro com diferentes professores que como importantes atores sociais externalizavam inúmeras dúvidas sobre a importância de seu trabalho: será que vale a pena fazer educação ambiental? Eu não estou remando contra a maré? Do que vale uma gota de consciência neste oceano de destruição?

Entretanto, ao perceber a diferença dos educandos de um professor atuante e participativo no processo de educação ambiental nos convencemos de que: Sim. Vale a pena!

É desejável que as mudanças sejam imediatas, que elas sejam coletivas... Mas é fundamental a compreensão de que estamos lidando com mudanças de comportamentos, com processos de re-valorização de elementos que foram desvalorizados por séculos. A sociedade está em uma fase de transição na história em que o ser humano está se re-descobrendo.

Há muitos séculos sabe-se da complexidade do ser humano, da sua composição, de suas necessidades biológicas, culturais, psíquicas, mas atualmente o que se incorpora de modo cada

vez mais orgânico no conhecimento social é que estas esferas são construídas por necessidades de participação política, lazer, cultura, contato com a natureza, de contato com o outro. Elementos que até poucas décadas atrás eram asseverados como aspectos dispensáveis a sanidade humana.

Sabe-se que a busca incessante por metas de cunho economicista levaram inúmeras gerações a doenças vinculadas ao estresse e ao sofrimento emocional. Hoje estamos em um período de mudança... No qual a transição foi iniciada e que, se por vezes não nos damos conta dela, é porque estamos no seu vórtice central. Não conseguimos nos separar do momento porque somos sujeitos da história, somos parte da mudança.

Por isso cada ação que realizada é importante, cada educando orientado a refletir sobre os processos de degradações voluntários e involuntários dos quais faz parte, é uma possibilidade de construção de valores de um cidadão que exige a aplicação de políticas públicas equânimes na sociedade. É um passo a mais no caminho desta transição.

Inúmeros autores apontam para a indissociabilidade dos aspectos locais e globais. Principalmente no que tange a origem e ao agravamento dos problemas ambientais, todavia, a maioria deles apresenta-se uníssona ao afirmar que é por meio das ações locais que se tem respaldo para enfrentar e contrapor-se aos problemas de cunho global. E que é por meio dos valores locais (aspectos endógenos) que os projetos e planejamentos tornam-se exitosos.

A maioria das experiências analisadas é a de professores já antigos na caminhada. Portanto, este material em nenhum momento pretende desmerecer o trabalho de educação ambiental realizado pelos professores, apenas pretende demonstrar que políticas educacionais que são inseridas nos núcleos regionais sem um processo formativo contínuo, faz com que os resultados sejam pulverizados, ajustados apenas a vontade pessoal de cada professor e que, por isso tornam-se menos exitosos do que poderiam.

NOTAS:

¹ A definição acordada no Congresso Internacional sobre de Educação e Formação Ambiental ocorrido em Moscou no ano de 1987, considera: “Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e as comunidades adquirem consciência do seu meio e aprendem os conhecimentos, os valores, as habilidades, a experiência e também a determinação que lhes capacite agir, individual e coletivamente, na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros”.

² Os autores que contribuíram compor uma reflexão que permita a correlação entre as visões de natureza cristalizadas ao longo do tempo pouco comprometidas com os aspectos éticos e construtores de um aparato científico, tecnológico e filosófico que dificultam a estruturação de trabalhos de educação ambiental coesos e contínuos foram, entre outros autores: Loureiro (2004), Jacobi (2003), Pelizzoli (2003), Leff (2002), Mendonça (2002), Acsehrad (2001), Diegues (2000), Ferreira (1998) e Lima (1997).

³ Estes esforços podem ser vistos na construção de conceitos científicos que resgatam a integração sociedade-natureza; na busca de construções metodológicas que permitam a elaboração de práticas interdisciplinares que minimizem a fragmentação da compreensão de mundo e no engajamento e na organização dos movimentos populares.

⁴ “O novo paradigma que desponta pode ser chamado de dialógico, visando recuperar a noção de interpretação efetiva (observador/observado, vivo/não vivo, eu / outro) o que se chama de ‘real’, e com o ‘ambiente’; sua força ainda é menor do que o cartesianismo/reducionismo, do *status quo*, mas a visão de ambiente ecológico, das inter-relações e de (auto) produtividade da vida como criação contínua cresce a cada dia” (PELIZZOLI, 2003, p. 155).

⁵ Biral (2011), Pires (2011) e pesquisa realizada na página eletrônica Educação Ambiental <<https://sites.google.com/site/sudoesteambiental/>>.

⁶ Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Capanema, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste e Verê.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei Federal 9.795** - Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Decreto Federal 4.281/2002** -Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 1999.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BIRAL, Raquel Biz. **A educação ambiental na práxis da escola**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2011. Dissertação de mestrado em Geografia.

CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. **Revista Terra Livre**. São Paulo, n. 17, p. 99-118, 2º semestre de 2001.

DIEGUES, A C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Levantamento das pesquisas de Educação ambiental realizadas no Sudoeste do Paraná.** <<https://sites.google.com/site/sudoesteambiental/>> Acessado em 11/02/2013.

FERREIRA, L. C. **A questão ambiental, sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 1998.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa.** n.118, p.189-2005, março/2003.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2002.

LEONARDI, M. L. A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. *In* CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. pp. 391-408.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação e sustentabilidade: possibilidades e falácias de um discurso. **Revista Política & Trabalho.** N. 13, p. 201 – 222. João Pessoa: UFPB/PPGS, setembro/1997.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. *In* LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e Meio Ambiente.** São Paulo: Contexto, 2002.

PELIZZOLI, M.L. **Correntes da ética ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2003.

PIRES. Mateus Marchesan. **Educação Ambiental e suas representações no cotidiano da Escola.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2011. Dissertação de mestrado em Geografia.

VIOLA, E. J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.